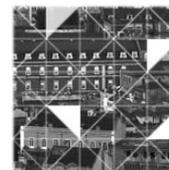


---

# CIDADES, Comunidades e Territórios

---



## A “Guerra” e a “Paz” no discurso midiático sobre segurança pública na cidade do Rio de Janeiro

Pablo Nunes de Oliveira<sup>1</sup>, UERJ, Brasil

### Abstract

This work is an effort to comprehend the mediatic speech. The main theme considered here is public security. More specifically, our purpose is to analyse how different politics of public security are propagated by the media. Using the theory about the different types of policing (Bayley, 2006; Bayley and Skolnick, 2006), there is the tension between the models of confrontational policing and community policing in Brazilian contemporary situation. My hypothesis is that governmental intervention in poor territories was (and is) intimately linked to the «image» that these territories have in the society. Press analysis was undertaken in order to capture some key «pictures» in governmental speech. The analysis of the papers is divided into two blocks. Two cases are considered: The first is dedicated to understand the implementation of the UPP in Santa Marta, localizing the related news and the way how they were presented during the analyzed period. Furthermore, there is an analysis of the newspapers during the period when *Complexo* was the centre of several police actions analyzed, considering the number of reports, their location and contents.

**Keywords:** Public Security; Policing; Media; Violence; Favela.

### 1. Introdução

Durante mais de um século de favela, esse território sofreu diversas intervenções, tanto no plano físico, com todas as políticas estatais que ora defendiam as remoções, ora defendiam a urbanização, quanto no plano simbólico, tendo sua imagem sido modificada ao decorrer do tempo. Os dois planos se alimentam em um processo contínuo, produzindo uma imagem da favela que fomenta determinadas ações estatais nesses territórios, produzindo diversas imagens e intervenções, sendo a urbanização de um lado e as remoções de outro, os dois meios de se resolver o “problema” da favela mais recorrentes<sup>2</sup>. As representações sociais, em certa dialética, são produzidas pela sociedade e produzem a mesma. No momento em que tais representações são geradas, os indivíduos passam a se valer delas para agirem e se localizarem no mundo<sup>3</sup>. Em suas reflexões sobre o material recolhido em pesquisa realizada no Distrito Federal, Porto sinaliza:

---

<sup>1</sup> pablo.nunes@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Para uma análise aprofundada das intervenções estatais sofridas pelas favelas, cf. Burgos (2006).

<sup>3</sup> Segundo Caldeira (2000), as narrativas são uma forma de ação social, pois produzem uma ordenação de mundo, ou seja, uma forma de organizar o mundo e assim conferir lógica e sentido a ele. Nesse sentido, a “fala do crime”, segundo a autora, passa ser a “fala da cidade”, na medida em que o crime é a temática recorrente pela qual grande parte dessa ordenação do mundo é feita. O sentimento de insegurança e medo passa a ser naturalizado, pois a violência é massificada e tratada como banal, natural e imprevisível. Grande parte desse sentimento é causada pelo discurso midiático que acaba por incorporar essa “fala do crime”, massificando a violência ocorrida em toda a cidade.

“Assim, a violência representada como *modus operandi* da sociedade é invocada como justificativa para a violência policial, como transparece em vários dos depoimentos colhidos. Da mesma forma, poder-se-ia dizer, a mídia ‘constrói’ o Rio de Janeiro como necessariamente violento, antro de banditismo. A partir daí, existiria alguma forma de o Rio não ser representado por amplos segmentos da população como violento? São as representações como clichês, referentes estereotipados da sociedade.” (2010:77)

Com o advento das Unidades de Polícia Pacificadora foi inaugurada uma nova forma de inserção do Estado nos territórios de pobreza que inserido na lógica da produção de «imagens» introduz uma nova dinâmica simbólica em relação às favelas, bem como a reconfiguração do lugar das mesmas na agenda pública. Como salientado pelo site institucional das UPPs, essa política de segurança é baseada no policiamento comunitário<sup>4</sup>. Segundo Bayley e Skolnick (2006) os quatro pilares fundamentais para classificar uma política pública de segurança como policiamento comunitário são a prevenção comunitária da violência e do crime; modificação do patrulhamento feito pelos policiais, incentivando o patrulhamento a pé; aumento da responsabilização da polícia em relação à comunidade; e a descentralização do comando. Esses pilares são essenciais para que se possa afirmar que o policiamento tem o caráter comunitário em sua essência e prática. Diferente das características do policiamento de confronto que é reativo, baseado basicamente em patrulhamento em viaturas, com o objetivo de combate ao crime e fortemente centralizado<sup>5</sup>.

Ficam claras as diferenças qualitativas entre as orientações de policiamento, um voltado para o combate e totalmente reativo, com a utilização de armamento pesado, viaturas, blindados, etc., e outro que se pretende “pacificador” como o próprio nome alude, interessado na prevenção do crime e no relacionamento próximo com a comunidade. Nesse sentido, cria-se um par de lógicas que se confrontam: Uma que pode ser ilustrada com a ideia de “Guerra”<sup>6</sup>, voltada para o combate armado ao crime, e a outra ilustrada pela ideia de “Paz”, reforçada pela negação ao modelo anterior, ao se voltar para o relacionamento com a comunidade e foco na prevenção ao crime.

O presente trabalho é um esforço para o entendimento do discurso midiático e sua ordenação da realidade com relação à segurança pública do Rio de Janeiro. O intuito é verificar como se inscreve a tensão entre os modelos de policiamento (policiamento de confronto<sup>7</sup> e comunitário) dentro dos jornais do período estudado. Para efeitos dessa análise, foi escolhido o jornal *O Globo*. A escolha se deu por ser o referido jornal um dos mais antigos e influentes no caso carioca. O jornal *O Globo* hoje tem a tiragem média de 262.435 exemplares por ano na cidade do Rio de Janeiro<sup>8</sup>, possui um público majoritariamente localizado na classe A e B e mantém uma forte legitimidade e credibilidade frente à população. Foram selecionados dois eventos-chave para a análise do discurso midiático sobre a segurança pública do estado. Os dois momentos são interessantes e complementares por guardarem diferenças e também similaridades. Foram escolhidos cinco dias para cada evento, ou seja, dois dias anteriores, o dia do fato e dois dias após, com o intuito de capturar a tônica da cobertura sobre segurança pública na época e a eventual repercussão do evento.

## 2. Santa Marta

A favela Santa Marta se localiza no morro Dona Marta, em Botafogo, Zona Sul da cidade do Rio. A ocupação do morro teve início a partir do consentimento do Colégio Santo Ignácio, dono do terreno, para que seus funcionários pudessem se estabelecer e construir moradias nas encostas do morro. A partir de então a ocupação

<sup>4</sup> “Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública.” Fonte: [http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20), acesso em 20 novembro 2012.

<sup>5</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o perfil do policiamento de confronto, cf. Batitucci (2011).

<sup>6</sup> Como será discutido na sessão sobre o Complexo do Alemão, várias imagens e discursos no período estudado remetem a ideia de que uma guerra estava sendo travada.

<sup>7</sup> Para outra discussão sobre a mudança de perspectiva em relação ao tipo de policiamento em favelas do Rio de Janeiro, cf. Cunha (2012).

<sup>8</sup> Fonte: Associação Nacional de Jornais. <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 10 fevereiro 2012.

se intensificou, devido à oferta de trabalho crescente na região, e consequentemente a migração da população de outras áreas da zona sul para o morro. Por ser um terreno privado, a favela Santa Marta nunca foi ameaçada de remoção pelo Estado, não tendo sofrido com as políticas severas empregadas pelos aparelhos estatais, principalmente no período da ditadura militar<sup>9</sup>.

Na época da implantação da UPP do Santa Marta, o Jornal O Globo abriu espaço para noticiar um problema enfrentado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Dentro da PM os policiais recebiam alimentação que vinha diretamente do quartel. A refeição era preparada por policiais que se deslocavam de suas obrigações devidas para cozinhar a alimentação dos outros. Esse problema recebeu maior cobertura do jornal do que as questões sobre a UPP do Santa Marta, merecendo reportagem própria na página 14 do jornal do dia 17 de dezembro de 2008.

A única menção à Segurança Pública foi feita em uma matéria sobre uma operação realizada na favela da Rocinha. Na página 12 do jornal, há a reportagem sobre essa operação, apontando os erros que a polícia teria cometido na ação. Em um pequeno espaço, o autor da reportagem dá sua opinião, criticando a posição da polícia e revela seu posicionamento a favor do modelo de ocupação policial realizado no Santa Marta, construindo uma oposição em relação à ação truculenta na Rocinha. Aqui, timidamente pelo espaço dedicado, pode-se enxergar a tensão entre os tipos de policiamento realizados no Rio de Janeiro. De um lado, a truculência policial, ações descoordenadas e com pouco uso dos setores de inteligência. Do outro, o “protótipo” de Unidade de Polícia Pacificadora realizado no Santa Marta, que pela oposição feita, pode ser considerado como um modelo de policiamento que se diferencia qualitativamente do anterior, segundo o autor da reportagem:

As cenas da operação policial ontem na Rocinha são enfadonho e aterrorizante repeteco de tantas outras ações: tiroteio, granadas, trânsito obstruído em vias importantes da Zona Sul, risco de balas perdidas, etc. (...)

Por isso, cada vez mais consolida-se como modelo indicado o da ocupação definitiva dessas favelas. Como ocorre na Dona Marta. (O Globo. 17/12/2008. Caderno Opinião, p. 12).

No dia 18 de dezembro de 2008, a capa do O Globo recebe a manchete: “Ex favela de milícia terá nova polícia”. Nota-se que o policiamento prometido para a favela do Batan é considerado “novo” e no corpo do texto o jornalista diz: “(...) a favela do Batan vai ganhar um batalhão de policiamento comunitário nos mesmos moldes do que está sendo criado no morro Dona Marta (...)”. Esse é o primeiro registro, dentre a amostra desta pesquisa, que trata o policiamento realizado no morro Santa Marta como “comunitário”. Na página 17 do mesmo jornal, há uma reportagem de meia página com o título: “Batam também terá policiamento comunitário”. No meio da matéria há uma fotografia mostrando um treinamento de tiro. Nesta matéria, fica clara a tensão entre “Guerra” e “Paz” nos discursos midiáticos quando o objeto é a segurança pública, que é sintetizada pelo “antagonismo” simbólico entre um texto que fala sobre policiamento comunitário e uma imagem de treinamento de tiro. A matéria diz:

“Recrutas que vão participar do novo policiamento comunitário no Morro Dona Marta, em Botafogo, a partir de amanhã, participam de um treinamento no BOPE, para conhecer de perto o relacionamento entre os integrantes dessa unidade de elite e os moradores da favela Tavares Bastos, no Catete. A comunidade está há dez anos livre do tráfico e convive com o grupamento policial no alto do morro. (...)” (O Globo, 18/12/2008, Caderno Rio, p. 17).

Interessante notar que o treinamento que buscou mostrar aos recrutas como os policiais do BOPE se relacionam com a comunidade Tavares Bastos foi ilustrado por um treinamento de tiro. Apesar de fazer parte da prerrogativa do policiamento, o empunho e a utilização de armamento deveria estar em segundo plano quando a lógica do policiamento é a comunitária. A resolução de conflitos e as matérias da área de Humanas deveriam ser enfatizadas, pois fornecem o material teórico para o policial se basear quando o foco é o relacionamento com a comunidade<sup>10</sup>. Fica clara a permanente alusão a um *ethos* guerreiro, que está impregnado nos currículos de

<sup>9</sup> Fonte: Associação de Moradores e Amigos de Botafogo [http://www.amabotafogo.org.br/historia/santa\\_marta.asp](http://www.amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp), Acesso em 14 fev. 2012.

<sup>10</sup> Cf. Poncioni, 2005.

formação dos policiais cariocas<sup>11</sup>. A preparação dos policiais para enfrentar situações de «guerra» é evidente, e não foge a essa lógica a imagem que ilustra a matéria sobre policiamento comunitário. Mesmo sugerindo novas lógicas do «fazer policial», o paradigma da «guerra» se faz presente de forma contundente.

## Batan também terá policiamento comunitário

Cabral anuncia que favela em Realengo ganhará patrulhamento similar ao que vem sendo feito em morro de Botafogo

Edliane Merola

• A Favela do Batan, em Realengo, vai ganhar um batalhão de policiamento comunitário, nos mesmos moldes do que vem sendo feito no Morro Dona Marta, em Botafogo. O anúncio foi feito ontem pelo governador Sérgio Cabral, durante visita à obra do metrô em Ipanema. Segundo ele, o oficial que cuida do policiamento comunitário no Batan, o tenente do Bope Wolney Francisco de Paula, já foi contatado e os policiais vão começar a ser treinados. Cabral não soube dizer exatamente quando o batalhão será instalado na favela, mas afirmou que isso acontecerá em breve.

— O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, falou com o oficial que cuida do Batan. Tomamos o lugar da milícia e, graças a Deus, o crime organizado não existe mais lá. Estamos solicitando o segundo batalhão de policiamento, que será no Batan.

**Gratificação para Bope e Core será de mil reais**

Os PMs que forem trabalhar no Batan, assim como os 125 policiais da unidade no Morro Dona Marta, terão direito a uma gratificação de R\$ 500, que será paga a partir de janeiro a quem já estiver atuando em Botafogo. De acordo com Cabral, o valor será desembolsado pela prefeitura. O termo será assinado assim que o prefeito eleito Eduar-



**EXERCÍCIO:** Bope treina recrutas que vão atuar no Dona Marta

• Recrutas que vão participar do novo policiamento comunitário no Morro Dona Marta, em Botafogo, a partir de amanhã, participam de um treinamento no Batalhão de Operações Especiais (Bope), para conhecer de perto o rela-

cionamento entre os integrantes dessa unidade de elite e os moradores da Favela Tavares Bastos, no Catete. A comunidade está há dez anos livre do tráfico e convive diariamente com o grupamento policial no alto do morro.

— Mostramos que é possível fazer um patrulhamento eficaz e, com o auxílio e a cumplicidade dos moradores, deixar a comunidade livre do tráfico de drogas — disse o comandante do Bope, tenente-coronel Alberto Pinheiro Neto.

do Paes tomar posse.

— Ontem (terça-feira) à noite estive reunido com o prefeito eleito e o secretário Beltrame. Não vamos comprar folga. A gratificação é para compensar o estresse. O policial precisa de remuneração ade-

quada para poder descansar nas horas devidas. Ele continua folgando 48 horas. Temos que enfrentar todo tipo de criminalidade. A grande vergonha do Rio é ter área controladas, seja por milícia, seja pelo tráfico. Isso é o grande ves-

nome — disse Cabral.

Ontem, Cabral anunciou ainda que vai dobrar a gratificação concedida a todos os policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). A partir de

janeiro, o adicional, que atualmente é de R\$ 500, passará para mil reais.

— Vamos dobrar a gratificação para valorizar aqueles que formam a tropa de elite das polícias Militar e Civil do Rio — afirmou Cabral.

O governador comentou também que o policial militar não deve cuidar mais da alimentação no quartel, conforme noticiado pelo GLOBO ontem. Segundo ele, o trabalho da PM é fazer policiamento ostensivo. Cabral diz que não há cabimento ter quase mil homens cuidando da alimentação dentro dos quartéis.

**Fim de cozinha nos quartéis aumentará gastos em 25%**

Em alguns casos, de acordo com o governador, o policial volta ao batalhão para receber alimento às vezes de categoria inferior ao que pode comer na rua.

— Daremos o auxílio-alimentação, não sei se um ticket, como estamos fazendo com a Polícia Civil, ou no próprio contracheque. A partir daí, ele se alimentará onde desejar. Com essa medida, o gasto vai aumentar em pelo menos 25%, mas será muito melhor para a população. Esta é a nossa filosofia: dar aos comandantes um valor para a manutenção dos batalhões, um valor para a manutenção predial. Temos, porém, que valorizar o policiamento ostensivo e dar ao PM a liberdade de ele se alimentar onde quiser — concluiu o governador ■

**● GLOBO NA INTERNET**

Cabral: A grande vergonha do Rio é ter áreas ocupadas pelo crime organizado  
globo.com.br/rio

Fonte: O Globo, 18/12/2008, Caderno Rio, p. 17.

No dia 19 de dezembro, dia da inauguração da UPP no Morro Santa Marta, não houve nenhuma informação sobre o evento. Aqui cabe uma constatação: como ficará claro até o final da exposição sobre a UPP do Morro Santa Marta, não houve uma cobertura jornalística ampla sobre o episódio. Em sua maioria, as matérias tratam tangencialmente sobre a UPP (como no caso da matéria acima), ou comentam outros aspectos da “Pacificação” do território (como a especulação imobiliária). Minha hipótese é de que a pauta sobre segurança pública não ganha espaço se não houver algum tipo de evento violento que aflore o sentimento de insegurança na população, ou algum tipo de escândalo<sup>12</sup>.

No dia 20 de dezembro de 2008, não há nenhuma menção a polícia, segurança pública e/ou favela na capa do jornal. A primeira matéria sobre a temática aparece na página 21, discorrendo sobre o caso de tiroteio ocorrido na favela da Maré. Nessa mesma página há um pequeno espaço reservado para falar sobre a inauguração do Posto de Policiamento Comunitário (PPC):

Com bom humor, o governador Sérgio Cabral inaugurou ontem o novo Posto de Policiamento Comunitário do Morro dona Marta, em Botafogo, ocupado pela PM desde 19 de novembro e, segundo a polícia, livre do tráfico (...) “A maioria das pessoas quer que este projeto dê certo. E estejam certos de que esta experiência não vai parar aqui. Não podemos aceitar o domínio de comunidades. É como se isso fizesse parte da paisagem carioca. Isso é uma vergonha, inaceitável, não podemos achar normal. O Batan já está sendo preparado. Outras comunidades também”, disse o Governador Sérgio Cabral. (O Globo, 20/12/2008, Caderno Rio, p. 21).

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Para maiores informações sobre como a pauta de Segurança Pública é tratada dentro das redações, cf. Ramos e Paiva, 2007.

O espaço concedido para a divulgação da implantação da UPP do Santa Marta foi um pequeno retângulo localizado na parte inferior da página, tendo acima uma reportagem de meia página sobre o caso de violência ocorrido na favela da Maré. Novamente vemos a tensão entre “Paz” e “guerra”, e como os acontecimentos violentos ganham maior visibilidade dentro do jornal do que os que noticiam, no caso, a UPP do Santa Marta. O que parece sustentar essa lógica é a associação direta que se faz entre segurança pública e violência, como se o objeto principal de análise quando a pauta é segurança pública fosse estritamente os eventos violentos, colaborando para a sobreposição da “fala do crime” com a “fala da cidade” (Caldeira, 2000).

Diferentemente dos outros dias, o quinto dia do período escolhido para análise agregou diversas reportagens sobre a implantação da UPP no Santa Marta e seus efeitos, sentidos e esperados. Na capa d’*O Globo* do dia 21 de dezembro de 2008 encontra-se uma foto grande, no meio da página, retratando uma mulher com sua filha em frente a um barraco. A legenda diz: “apesar de desempregada, Antônia Aparecida Nascimento, de 43 anos, ao lado da filha, está feliz: ‘agora só falta arrumar um trabalho’”. Ao lado desta fotografia, a manchete: “Esperança e medo no Dona Marta: procura de imóveis cresce; comunidade teme a volta do tráfico”. Apesar do processo de “pacificação” da comunidade ter “livrado o território do domínio do tráfico”, como dito pela PM, o medo e a insegurança continuam sendo recorrentes na vida dos moradores, como explicita a manchete. A “esperança” acompanhada do “medo” forma uma dualidade que vai ser trabalhada extensivamente nas reportagens desse jornal, especificamente.

Na página 16, abrindo o espaço dedicado às notícias do Rio, a reportagem intitulada “Vidas Blindadas” conta como os moradores do Santa Marta se protegem dos tiroteios. Mais uma vez há o desvio da atenção jornalística da “pacificação” para o cenário de “guerra”. A reportagem e as autoridades dizem que não há mais tráfico armado no território, mas mesmo assim o espaço é dado para falar sobre a violência. A tensão entre “paz” e “guerra” no discurso midiático sobre segurança pública permanece, mas sempre a fala pende para a ilustração de uma situação de violência, que incite o medo, mesmo que seja um medo referente a uma situação no passado, como no caso dos moradores do Santa Marta que mesmo com a ocupação e o policiamento comunitário sendo feito no território, têm medo da volta do tráfico e contam como se defendem de tiroteios.

Na página 17, encontramos a primeira matéria dedicada exclusivamente a falar sobre o policiamento comunitário. Da mesma forma como as demais, a matéria recebe pouco espaço, localizada em um retângulo na parte inferior da página:

De acordo com o comandante do Bope, tenente-coronel Alberto Pinheiro Neto, mais do que o uso da força, a principal orientação é ouvir os moradores: “O policial tem que conversar com os moradores. Fazer com que suas necessidades sejam atendidas, dar atenção sempre”. (ibidem: 17)

Apesar do comandante do Bope colocar a “conversa” como algo primordial e central para que as necessidades da população sejam sanadas, o treinamento dos 125 soldados que foram deslocados para o Santa Marta contemplou somente treinamento de confrontos. Não foi citada nenhuma instrução no que tange à busca por conhecer as demandas da população, resolução de conflitos ou qualquer tipo de técnica para lidar com os moradores do morro como atores do processo de “pacificação”. Analisando pela ótica dos conceitos propostos por Skolnick e Bayley (2006), a proposta flagrada no discurso do comandante do Bope se enquadra nos ideais de policiamento comunitário, colocando a população como fomentadora das ações dos policiais, com vias do bem-estar da comunidade como um todo. Mas mesmo que a proposta esteja enquadrada, pelo que se observou na matéria, não há menção a um treinamento adequado para esse fim, mas sim um treinamento que reproduz o *ethos* guerreiro, voltado para as situações de conflito e não para as situações cotidianas de mediação com a comunidade.

Como se pode notar, a cobertura jornalística da inauguração da UPP do morro Santa Marta foi tímida. Não foi dada atenção ao caso, e quando o assunto foi pauta de reportagens, a «pacificação» aparece tangenciando outro assunto, e sempre localizada em pequenos espaços na parte inferior das páginas do jornal. Poucas são as matérias dedicadas a tratar do policiamento comunitário, e mesmo as que tratam, conjugam a lógica da «guerra» com a da «paz», em certo paradoxo que, de diferentes maneiras, se faz presente em todo o discurso midiático sobre segurança pública estudado.

### 3. Complexo do Alemão

O Complexo do Alemão é um conjunto de 13 favelas situadas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Seu núcleo principal se situa no Morro do Alemão, que integra a Serra da Misericórdia, formação geológica da região. Com o advento da industrialização na região e a abertura da Avenida Brasil em 1946, Leonard Kaczmarkiewicz, dono de algumas terras na região, em 1951, dividiu o terreno em pequenos lotes que foram vendidos aos poucos, aproveitando o intenso processo de industrialização do local, que nesta época já representava um importante pólo industrial da cidade. A intensificação da ocupação ocorreu no governo de Leonel Brizola, tendo o local experimentado grande crescimento demográfico<sup>13</sup>.

A cobertura do jornal O Globo do dia 26 ao dia 30 de novembro de 2010, guarda diferenciações significativas no que toca estritamente à comparação com o período analisado na seção anterior, referente à cobertura da inauguração da UPP do Santa Marta. E essa diferenciação sustenta e potencializa as questões discutidas anteriormente sobre o «paradoxo simbólico» entre as lógicas de «guerra» e «paz» flagradas no discurso do jornal estudado, bem como o «choque» entre os modelos de policiamento, que de certa forma se correlacionam com essas lógicas.

Como um prefácio de toda a narrativa sobre os fatos ocorridos no período estudado, a edição de 26 de novembro traz em sua capa: *O dia D de Guerra ao Tráfico*.

Com inédito apoio da Marinha, tropas do BOPE desembarcaram na Penha e ocupam o *bunker* do tráfico.

“(…) o comboio foi aplaudido pelas pessoas nas ruas. Numa semelhança simbólica com o desembarque das tropas aliadas na Normândia – que abriu as portas para a derrota da Alemanha nazista -, a ação na cidade foi o dia D do combate ao tráfico que, desde domingo, realiza ataques em vários locais.” (O Globo, 26/11/2010, Capa, p. 1).

Pelo discurso, constrói-se um cenário de guerra e, conseqüentemente, violência que se espalha por toda a cobertura jornalística. Nesses pequenos fragmentos podemos localizar elementos semânticos que por si só falam e constroem a ideia de guerra: “dia D”, “desembarcaram” e “*bunker*”. Todas essas palavras aludem à guerra, mais especificamente à Segunda Guerra Mundial, que será comparada à ação na Penha em outro fragmento da mesma capa. Destaca-se também o apoio da Marinha na ação, que emprestou à Polícia Militar veículos blindados de guerra, contribuindo ainda mais para que o “cenário de guerra” fosse instaurado. Ao criar um clima de tensão gera-se no público atingido um sentimento de insegurança e ausência das garantias individuais, como fica expresso na fala de dois leitores do jornal, veiculadas no espaço reservado para a opinião dos mesmos:

“Sendo uma guerra, o que é, sem dúvida, é fundamental que o inimigo morra pelos seus ideais. (...) Só podemos torcer para que tudo termine com o menor nível de baixas civis.” (O Globo, 26/11/2010, Caderno Opinião, p. 8)

Envoltos no sentimento e no cenário de “guerra”, os próprios leitores se apropriam dessa lógica e estruturam seu discurso, e também (podemos cogitar) seu cotidiano, levando em conta o cenário de violência instaurado como modificador de alguns de seus hábitos, ou mesmo modificador da geografia da cidade, localizando pontos onde o perigo é iminente e que são, por isso, evitados.

Como contextualização dos fatos expostos e localização dos que virão a ser analisados, cabe salientar os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro no período que começou no dia 20 de novembro e se estendeu até às operações na favela da Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão. Vários pontos da cidade estavam sendo alvo de ações violentas de traficantes, como incêndio a veículos e arrastões. O que se sustentou no discurso da mídia na época é de que a onda violenta que a cidade estava sofrendo se devia à instalação das UPPs, que estariam

<sup>13</sup> Fonte: Voz das Comunidades, disponível em <http://www.vozdascomunidades.com.br/complexo-do-alemao/historia-do-complexo-do-alemao>, acesso em 14 fevereiro 2012.

desestruturando o tráfico armado na cidade. Então, de certa forma, a onda de violência representou uma marca importante da “ação das UPPs”. Com a popularidade das UPPs em alta, o governo deu início às operações que ficaram marcadas no imaginário coletivo como a principal guerra contra o tráfico, que possibilitaria de uma vez por todas desarticular o chamado «*bunker*» ou «fortaleza» do tráfico.

Diferentemente do que aconteceu com a cobertura acerca da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora do Morro Santa Marta, os eventos que culminaram na operação no Complexo do Alemão receberam papel central da cobertura jornalística d’*O Globo*, que criou um caderno especial para os eventos. Como não poderia ser diferente, o caderno foi intitulado “A Guerra do Rio” e trazia todas as informações sobre os ataques em toda a cidade e as operações realizadas pela polícia. No caderno do dia 26 de novembro (o primeiro analisado) destaca-se a manchete “A fortaleza era de papel” se referindo ao tráfico instalado na Vila Cruzeiro, que tinha sido invadida pelos policiais em uma operação que prenunciou a “tomada do Alemão”.

Em relação a esse caderno, especificamente, destaca-se também o intenso uso de imagens e infográficos, que ilustram praticamente todo o material. Fotos da fuga dos traficantes para o Complexo do Alemão, ônibus incendiados, militares armados com fuzis, população da favela correndo para se proteger, blindados da Marinha, todas essas imagens colaboram para que o cenário de guerra ganhe forma, volume e cor, ao passo que destacam exatamente elementos que por si só dão o sentido de que uma «guerra» está em andamento. Além das fotografias, os infográficos aparecem em praticamente todos os jornais desse período. No caso da operação da Vila Cruzeiro, o infográfico ilustrava a rota usada pelo efetivo policial para entrar na favela, quais as armas utilizadas, o tamanho do efetivo, etc..

No mesmo jornal, uma matéria especificamente sobre as UPPs aparece na página 11:

“UPPs reduzem ataques na Zona Sul do Rio (...). Com favelas ainda dominadas por traficantes, Zona Norte tem mais casos.” (O Globo, 26/11/2010, Caderno A Guerra do Rio, p. 11)

A matéria destaca que a causa da ausência de atos de violência na Zona Sul seria a instalação e consolidação de UPPs na região, fato que dificultou, segundo o jornal, a fuga dos traficantes, pois com as áreas pacificadas os mesmos não encontrariam refúgio nesses territórios. Assim, as UPPs não poderiam mais ser utilizadas como rota de fuga, já que o “domínio do tráfico” teria sido desarticulado dentro dessas favelas. Na página seguinte veiculou-se uma entrevista do secretário de segurança José Mariano Beltrame em que discorre sobre a política de segurança que executa e dá detalhes sobre a lógica utilizada para as ações ocorridas na época:

“ - O senhor acha que os policiais conseguiram dar o recado aos bandidos de que vão partir para o enfrentamento?

- Há 2 anos estamos mostrando que queremos a pacificação. O nosso objetivo principal é retomar os territórios. (...)

- Como será o policiamento na Vila Cruzeiro?

- A partir de agora, o BOPE vai andar pelas ruas da comunidade e perguntar o que as pessoas precisam. (...)

- No geral, o resultado das UPPs é positivo?

- Hoje temos 200 mil pessoas livres do fuzil (...) o Rio tem esse inimigo que é o fuzil.” (O Globo, 26/11/2010, Caderno A Guerra do Rio, p. 12).

A edição do dia 27 de novembro traz em sua capa o anúncio: “Começa a batalha no Alemão”. A frase vem acompanhada de várias fotografias, que mais uma vez colaboram para a construção de um cenário de guerra (militares no chão com fuzis empunhados, um morador alvejado esperando socorro, “bandidos armados” para usar o termo que descreve a fotografia, etc.). A partir da página 19 começam as matérias referentes aos casos de violência e operações da polícia no Rio. Depois da operação na Vila Cruzeiro e o início da “tomada” do Alemão, segundo o jornal, os incidentes de violência na cidade diminuiriam consideravelmente, fato atribuído ao policiamento ostensivo e às operações ocorridas nas favelas citadas.

Na página 26, *O Globo* diz: “Tensão deixa vielas da Rocinha quase desertas. Em panfletos distribuídos na favela, traficantes ameaçam com represálias à ofensiva da polícia na Zona Norte”. Mostra-se, com isso, que o clima de

tensão após as operações não se restringe ao entorno dos territórios, mas também atinge a comunidade da Rocinha, na Zona Sul da cidade, que na época não possuía UPP instalada. Adiante, na página 31, uma matéria destaca o uso do blindado da Marinha como um fator determinante para o sucesso das operações. A matéria tem como título “Blindado se torna estrela da operação”, enfatizando o papel imprescindível do veículo para que as operações pudessem transcorrer da maneira como se deram. O blindado por si só já possui uma carga simbólica muito forte, pois adveio de uma força militar, sua utilização se dá em ambientes e em situações de guerra e sua presença é por si só contundente, pelas suas dimensões e armamentos que carrega.

Na página seguinte, localiza-se a “Logo: a página móvel” que traz uma discussão sobre a natureza dos ataques ocorridos no Rio de Janeiro em novembro de 2010. A discussão girou em torno da possibilidade de enquadrar os acontecimentos como atos terroristas. A página é ilustrada por uma foto que cobre a sua totalidade: um veículo incendiado. Em cima dessa foto, as opiniões dos entrevistados, que de forma unânime defenderam que os ataques não podem ser classificados como terrorismo. Não há sequer uma pessoa que defenda tal teoria, mas se instaura um debate para discutir o assunto. Agora, mais um fator gerador de medo é colocado em questão, contribuindo para que o estado de insegurança possa se intensificar, com a possibilidade de elevarmos os ataques à categoria de ataques terroristas, tão massificados e divulgados pela mídia mundial. Não há dúvidas de que a nomeação da onda de ataques como “terrorismo” agrega a ela elementos simbólicos que vão se somar aos outros elementos no imaginário coletivo.

No dia 28 de novembro de 2010 aconteceu o que se nomeou de “Tomada do Alemão”, evento que por suas especificidades ficou/foi marcado no imaginário coletivo. A cobertura jornalística foi intensa, tendo modificado toda a grade de programas das principais emissoras. Em relação ao jornal *O Globo*, sua capa anuncia:

*Bandidos não aceitam ultimato e polícia decide invadir Alemão hoje.*

“A polícia decidiu, então, que invadirá hoje a região considerada o maior *bunker* do tráfico no Rio. O sinal de que está próximo o contra-ataque dos policiais – com apoio de 800 homens do Exército – foi a proibição de acesso de qualquer pessoa ao morro, por volta das 19:30.” (O Globo, 28/11/2010, p. 1).

Destacam-se novamente signos que trazem à tona a imagem de guerra, com o cerco ao “maior *bunker* do tráfico” em uma operação que foi extensivamente coberta pelos diversos meios de comunicação. A respeito da operação, Beltrame em entrevista disse: “A polícia está muito consciente daquilo que ela deve fazer. Estava consciente de que é um caminho sem volta. Chega de pôr a poeira para baixo do tapete”. Segundo o secretário, a operação era inevitável, pois a polícia tinha entrado em “um caminho sem volta”. Em nota, o governador Sérgio Cabral defende as operações:

“As operações são essenciais para garantir o ir e vir das pessoas. O momento é de retomada de territórios, de afirmação de ordem e do estado de direito democrático – dizia a nota – Estamos todos unidos. Todos com o mesmo propósito: seguir em frente, sem qualquer recuo, na busca da libertação das pessoas do poder de bandidos nas comunidades.” (O Globo, 28/11/2010, Caderno A Guerra do Rio, p. 1)

Está veiculado na fala do governador o tom de necessidade das operações, que trariam para esses territórios a “ordem” e o “estado de direito democrático”, garantindo às populações o direito de ir e vir e retomando esses territórios do “domínio do tráfico”. O objetivo é expresso: libertar as “pessoas do poder de bandidos nas comunidades”. Sobre as UPPs, o espaço reservado nessa edição se encontra na página 10 do caderno, e última página dedicada a discutir segurança pública no jornal. A matéria anuncia a reserva de um espaço dedicado à construção de uma Unidade de Polícia Pacificadora na Penha e o início de projetos sociais. Mais uma vez o espaço dedicado a informações sobre as UPPs e/ou policiamento comunitário foi restringido a uma pequena matéria de fim de página. A violência, a lógica da “guerra”, no material estudado, possui mais espaço no jornal analisado, contribuindo para que o sentimento de insegurança e medo se espalhe e se fundamente na sociedade como um todo, uma vez que as matérias que têm como foco a violência são privilegiadas dentro do jornal *O Globo* no período estudado em detrimento daquelas que têm como foco o policiamento comunitário, ou outras ações que fujam dessa dinâmica. Rondelli em relação a essa dinâmica da mídia diz:

[A mídia] “quando se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência. Se a violência é linguagem – forma de comunicar algo –, a mídia ao reportar os atos de violência surge como ação amplificadora desta linguagem primeira, a da violência.” (Rondelli, 1998).

O dia 29 de novembro, um dia após a operação no Complexo do Alemão, traz em sua capa:

*O Rio mostrou que é possível.*

“Cidade comemora a libertação do Alemão e a maior vitória sobre o tráfico.” (O Globo, 29/11/2010, p.1)

A capa, além do tom de esperança e comemoração, é ilustrada por uma fotografia que foi amplamente divulgada, da bandeira do Brasil sendo hasteada. Assim como quando um exército invade um território inimigo e o vence, as forças de segurança hastearam sua bandeira, demonstrando que os inimigos que tinham sua sede naquele território foram derrotados e retirados de seu poder sobre aquele lugar. Analisando de outro ângulo, podemos verificar que a ideia de que de certa forma o Estado não estava presente é veiculada tangencialmente, pois a marca da entrada do Estado naquele território foi o hasteamento do símbolo nacional, e até mesmo palavras utilizadas como “retomada” dão a esse evento o tom de que o Estado agora estava se fazendo presente naquele território, uma vez que o outro “poder” foi desarticulado.

Na página seis do jornal mais uma vez abre-se o espaço para a discussão de opiniões, apresentando ao leitor a opinião do jornal em relação aos acontecimentos que vinham ocorrendo desde o dia 20 de novembro daquele ano. Alguns trechos são interessantes para flagrar a lógica do jornal *O Globo*:

“O terrorismo que antecedeu o dia D (...) isso porque as UPPs cumprem um papel tático de asfixiar economicamente as quadrilhas, ao mesmo tempo que permitem à polícia criar laços com os moradores. E, estrategicamente, batalhões avançados abrem espaço para o poder público realizar programas de inclusão social, através de serviços de infraestrutura, educação, saneamento, saúde, lazer, etc. (...)” (O Globo, 29/11/2010, Caderno Opinião, p. 6)

Apesar da discussão feita no dia 27, o jornal faz questão de utilizar a palavra “terrorismo” como forma de nomear os eventos violentos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Por si só a escolha de palavras para se transmitir uma notícia já implica em uma imagem que pode ser construída de maneira sensacionalista, como no caso aqui citado. Na discussão feita no dia, nenhum dos especialistas que foram ouvidos apoiou o enquadramento dos acontecimentos como terrorismo, mas mesmo assim o jornal *O Globo* mantém a alcunha. Como em outros dias, a edição do dia 29 também traz o caderno especial “A Guerra do Rio”, aberto com a manchete:

*A senhora liberdade abriu as asas sobre nós.*

“População comemora libertação histórica em operação exemplar, sem sequer um inocente ferido.” (O Globo, 29/11/2010, Caderno A Guerra do Rio, p. 1).

Para colaborar com a imagem de libertação e paz «trazida» pela operação, a capa do caderno especial é ilustrada pela fotografia que estampou diversos jornais, sites e outros meios de comunicação:



Fonte: O Globo, 29/11/2010, Caderno A Guerra do Rio, p. 1.

A imagem vem colaborar com o tom de «libertação» que foi dado a toda a cobertura no dia pós-operação, unindo a imagem do policial com a «imagem» da paz. Além desta matéria, na página 12 a temática da «paz» que foi levada ao complexo é novamente tratada: “Na comunidade, alívio e esperança: moradores do Alemão assistiram à ação policial confiantes da chegada de dias de paz”.

O caderno especial segue dando ênfase à ausência de civis feridos, à alta tecnologia utilizada na operação, à tática utilizada pelas forças de segurança, etc.. Na página 9 o governador Sérgio Cabral dá entrevista onde diz: “a reação do carioca me emocionou”, salientando que o que estava em jogo era o sucesso de toda a política de segurança que estava sendo desenvolvida pela sua gestão.

Mais uma vez colaborando para que o cenário de “guerra” fosse construído, as páginas 14 a 16 mostram detalhes da operação, como o depoimento dos repórteres que estiveram envolvidos na cobertura, entrevistas com policiais envolvidos, que foram chamados de “guerreiros do Alemão” e ainda com alguns moradores. Até o fim do caderno “A Guerra do Rio” mais algumas reportagens falam sobre como a ação policial pode ser tomada como um aviso para outras quadrilhas que se espalham pelo estado, matérias sobre as apreensões de drogas e armamentos, missa no Corcovado em nome da Paz, como a cobertura modificou a grade da emissora Globo, que cobriu as ações ao vivo, e ao final do caderno, uma página inteira dedicada a agradecimentos de algumas pessoas aos policiais: “Não aguentava mais criar meus filhos no meio de tantos bandidos circulando fortemente armados pelas ruas” diz Joana, moradora do Complexo do Alemão.

O jornal do dia 30 de novembro, último do período analisado para as ações no Complexo do Alemão, traz em sua capa a preocupação com o futuro do complexo de favelas: “Exército pode ficar 7 meses no Alemão até a nova UPP: militares vão usar a experiência de paz no Haiti para manter cerco e patrulhamento.” De certa forma, ao destacar o uso da experiência obtida no Haiti, o jornal *O Globo* mais uma vez traz para o discurso a simbologia e a carga semântica da guerra, demonstrando que de certa forma as experiências vividas no Haiti e no Rio de Janeiro podem ser semelhantes.

A partir desse dia, o caderno especial “A Guerra do Rio” é encerrado, e as matérias que concernem à segurança pública da cidade do Rio de Janeiro passam a serem veiculadas no caderno intitulado “Rio”. Em entrevista, o então presidente Lula diz: “Eu já ia visitar o Complexo do Alemão. Eu agora vou com muito mais prazer”. As matérias seguem relatando os planos e repercussões pós-operações. Divulgam os planos para a reconstrução de

algumas áreas e o aumento de infraestrutura nesses territórios, enumeram os prejuízos do tráfico de drogas e mostram moradores saqueando o que anteriormente era patrimônio dos traficantes.

Na página 21 o sentimento de esperança e satisfação com as operações e o futuro desse complexo de favelas é mais uma vez o tema:

*Cenário de destruição, mas clima de esperança*

“Vielas do Alemão têm lixo, veículos destruídos e casas abandonadas, mas moradores acreditam em dias melhores.” (O Globo, 30/11/2010, Caderno Rio, p 21)

Essa matéria é ilustrada com duas fotos: policiais da PM ajudando uma senhora a se locomover pelas ruas da favela e outros policiais beijando crianças de colo.



Fonte: O Globo, 30/11/2010, Caderno Rio, p 21.

De certa forma, monta-se mais uma vez a imagem heroica desses atores, que ficará marcada, levando a diversas manifestações de apoio e exaltação dos ideais desses policiais (nos carnavais de 2011 e 2012 diversas lojas de fantasias para crianças venderam uniformes de “policia pacificadora”). No jornal estudado, fica claro o apoio dos seus leitores para as operações e o modo como o Estado as conduziu. A cobertura das ações tomadas pelas forças de segurança no período analisado nesta seção foi emblemática, no sentido de que foi amplamente assistida pela população (ao vivo, pelas redes televisivas, Internet, redes sociais, etc.). Em relação ao jornal *O Globo*, a cobertura ganhou um espaço privilegiado, tendo praticamente todas as capas do período estudado dedicadas a veicular as manchetes referente às operações, houve grande número de fotografias e infográficos ilustrando as matérias e agregando outros signos, etc. O tom de que uma «guerra» estava sendo travada é evidente em todo o discurso, e mesmo quando o cenário não era «tão alarmante», o jornal fazia questão de trazer o sentimento de insegurança e medo à tona (quando da discussão sobre se os incidentes violentos podiam ser encarados como terrorismo e dias depois o editor os nomeia como tal, mesmo ficando claro na discussão que de modo algum estes eventos poderiam ser nomeados assim).

Os primeiros anos do governo de Sérgio Cabral no estado do Rio de Janeiro foram marcados pela truculência policial e uma declarada “guerra às facções criminosas”. Em entrevista emblemática em que defende o controle de natalidade nas áreas de pobreza como forma de diminuir a violência no Rio de Janeiro (chamando as mesmas de “fábrica de marginais”), o governador diz:

“Na hora que a gente vai pra uma comunidade e é recebido a tiros, o que essas instituições querem que o governo faça? Se acomode? Na Coréia, não havia uma operação policial há três anos e meio desse tipo, com 350 policiais. Marginais estavam indo para a pista sem aquele temor de ir apenas na madrugada. Iam de dia, parando

os carros, com fuzil, mandando parar, matando as pessoas. O estado não pode aceitar isso. Essa é uma questão que não é ideológica. Não adianta me chamar de truculento. Ordem pública está dentro dos valores democráticos”<sup>14</sup>.

O discurso do governador expressa o posicionamento do Estado em relação à violência, sendo o combate ao crime a tônica, transformando a metáfora de «guerra ao crime» em política pública. Assim, a pacificação parece ser uma forma de resposta às críticas ao tipo de política de segurança que se executava no Rio de Janeiro. As Unidades de Polícia Pacificadora anunciam em seu próprio nome a intenção de modificar a imagem das ações do governo com relação à atuação policial. A partir da implantação da UPP do Santa Marta do modelo comunitário de policiamento, este passa a espalhar-se por toda a política de segurança pública do governo.

Devido à ideia de que a violência está intrinsecamente ligada à pobreza, as favelas são diretamente apontadas como fonte da violência que ocorre no Rio de Janeiro, sendo esses territórios os focos principais das políticas de segurança pública. A ideia de «classes perigosas» atravessa o século e se instaura no Brasil como signo das populações moradoras de territórios de pobreza:

“No início do século XX, a partir dos ideais eugênicos, muitas dessas teorias ganham peso no Brasil, e cresce no imaginário social a crença nas «classes perigosas», termo utilizado já em 1857, por Morel, em seu trabalho *Tratado das Degenerescências*, para designar aqueles que não possuíam “nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa.” (Coimbra, cit. por Oliveira, 2010, pp. 38-39).

As mudanças da imagem das favelas no cenário social se imbricam com as políticas públicas como meio de responder a essas imagens. Hoje, pelo visto nas reportagens analisadas, há a permanência de dois modelos de policiamento totalmente distintos na proposta governamental. Pelas teorias analisadas, os ideais de cada tipo de policiamento envolvidos nessa tensão são totalmente díspares e, por isso, configura-se uma disputa entre os mesmos. No discurso do jornal *O Globo*, essa tensão é visível e se apresenta de formas distintas dentro de cada período estudado. Oscilando entre a pequena divulgação da UPP do Santa Marta e a ampla cobertura dos eventos ocorridos no Complexo do Alemão, o discurso do jornal se configura como um objeto importante para a compreensão das políticas de segurança pública e sua imagem frente à população do estado.

#### 4. Conclusão

Na página 8 do jornal do dia 30 de novembro de 2010, dedicada à opinião dos leitores, o título seguinte abre as falas: “*Uma nova história para o Rio*” e, em certa medida, todas as opiniões desse espaço seguem essa lógica de esperança e da possibilidade de que uma «nova história» possa ser feita a partir da «bem sucedida» operação no Complexo do Alemão: “por muito tempo não me sentia tão orgulhoso! Parabéns a todos, é assim que se constrói uma nação”, palavras do leitor José Carlos Soares de Azevedo. Interessante notar o tom de orgulho, esperança e satisfação com uma operação que teve ares de guerra, enquanto a instalação da UPP no Santa Marta, sem nenhum tipo de conflito, não despertou tal sentimento nos leitores de *O Globo*.

As ações desencadeadas no Complexo do Alemão são vistas pelos leitores de maneira geral como necessárias para o estabelecimento de uma «paz», uma «ordem», e para a construção de uma cidadania, ou a implantação de um ideal nacional que de certa forma não se observava dentro daquele território. Definir os territórios de pobreza pela falta é um discurso recorrente historicamente. O projeto dos Parques Proletários tinha em sua essência a necessidade de se transportar aos favelados ideais cívicos, de cidadania e higiene, características que lhes faltavam para que pudessem integrar a sociedade organizada (Burgos, 2006).

---

<sup>14</sup> Fonte: Website do jornal *O Globo*, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601.00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>, acesso em 9 abril 2012.

No percurso histórico, como analisado brevemente nesse trabalho, a favela possuiu diversas imagens, que guiaram as políticas públicas e o modo de relação da população fora das favelas nesses territórios. Com a entrada do tráfico, especialmente o de cocaína, no Rio de Janeiro, a sociabilidade dentro das favelas é modificada, colocando a violência como um fator corriqueiro nesses territórios<sup>15</sup>. A possibilidade da ação violenta, tão presente em seu cotidiano, modifica o modo pelo qual sua população residente se relaciona com o território, seus vizinhos e até mesmo fora de suas casas, muitas vezes engrossando as opiniões que têm a favela como um símbolo negativo na cidade.

A ideia de “fala do crime”, formulada por Caldeira (2000), engloba todas as narrativas em que a tônica seja crime e/ou medo, sejam elas conversas, narrativas, piadas, debates, etc. Nesse contexto, o discurso midiático mantém um papel fundamental, porque é ele quem informa aos indivíduos, algumas vezes exclusivamente, casos de violência experimentados por parte da população. Minha hipótese é de que a repetição dos casos de violência e a ampla cobertura, especialmente no caso da “tomada do Alemão”, produz um clima de tensão e perigo permanente e iminente, mas esse é um tema para um trabalho futuro. Esses sentimentos se espalham não se restringindo apenas ao território alvo da intervenção estatal. Deste modo, a “fala do crime” alimenta um ciclo onde o medo e a insegurança são trabalhados e reproduzidos, e a violência, ao passo que combatida, é também ampliada (Caldeira, 2000).

O modelo de policiamento voltado para o combate se choca com as ideias de policiamento comunitário por partirem de fomentos diferentes. Ao passo que o primeiro tem como foco o combate ao crime, o segundo se propõe a ser um serviço à população, respondendo às suas demandas e focando-se na prevenção ao crime. Esses ideais moldam as estruturas de cada modelo. Por focar-se no crime já ocorrido, o policiamento de combate exige que seu efetivo adote uma postura guerreira, com condicionamento físico e táticas de combate, necessários para as operações que envolvem armamento bélico pesado e veículos blindados.

Partindo da premissa de que esse modelo não é eficiente (Moore, 2006), surgiu a necessidade de se pensar um novo modelo de policiamento que se preocupasse com a prevenção do crime e que mantivesse uma maior afinidade com a população. O policiamento para resolução de problemas, o de proximidade e o comunitário, propõe uma nova dinâmica para a segurança pública, dando maior participação à população local. Cada policiamento guarda suas próprias especificidades, mas propõe da mesma maneira a aproximação entre polícia e comunidade. As UPPs em sua concepção guardam elementos do policiamento comunitário, e se qualificam como tal<sup>16</sup>, pretendendo levar a «paz» para os territórios onde o tráfico se instalou.

Quando contrapostos os discursos com relação à implantação da primeira UPP e os eventos ocorridos no Complexo do Alemão, fica clara a permanente tensão entre os modelos de policiamento. Além disso, em uma correlação, as ideias de «paz» e «guerra» são trabalhadas, em um processo simbólico que choca imagens, palavras e signos conflitantes na confecção do discurso. Talvez a matéria mais representativa desse aspecto seja a veiculada no dia 18 de dezembro de 2008, onde o treinamento dos policiais destinados ao policiamento comunitário é ilustrado com a fotografia de um treino de tiro<sup>17</sup>. Nessa matéria, policiamento comunitário e combativo se sobrepõem dando a tônica de todo o discurso estudado.

Todos os recursos informativos (textos, imagens, infográficos) se combinam e formam um arranjo de significados em cada matéria, que no seu conjunto informam muito mais do que a mera notícia. Por meio do choque entre textos, reportagens e imagens distintas podemos flagrar os mecanismos pelos quais o jornal construiu seu discurso e assim enxergar os caminhos, opções e posições que escolheu. As delimitações utilizadas para criar a reportagem final são meios de organizar a realidade e lhe dar sentido. Nesse sentido, mais do que apenas informar, o discurso midiático do jornal *O Globo*, no período estudado, guia seus leitores para uma interpretação da realidade. No que toca estritamente às questões analisadas nesse trabalho, podemos perceber a grande midiaticização dos eventos violentos que ocorreram no Rio de Janeiro e as operações realizadas no Complexo do Alemão e da Penha. Além de cobrir os fatos simplesmente, o jornal se utiliza de outros meios para agregar valores ao discurso, como na discussão sobre terrorismo e os inúmeros infográficos que se assemelham

<sup>15</sup> Cf. Machado da Silva, 2000.

<sup>16</sup> Fonte: [http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20).

<sup>17</sup> Ver seção ‘Santa Marta’.

aos que são utilizados quando a temática são as guerras e outros eventos extremos. E, ao se analisar os eventos ocorridos no Santa Marta, nota-se o quão baixa foi a cobertura da entrada dessa nova lógica de policiamento. Quando as duas coberturas são comparadas fica evidente a escolha por noticiar eventos violentos e até mesmo exagerá-los<sup>18</sup>.

Ao fim e ao cabo, a presença das características de cada modelo de policiamento no discurso estudado revela a indefinição da escolha de um modelo a ser adotado. É certo que o modelo combativo de policiamento permanece arraigado na cultura policial, inviabilizando algumas medidas com o intuito de modificar essa lógica<sup>19</sup>. Até mesmo ao analisar a definição de UPP utilizada no site oficial, não fica clara a escolha de um modelo de policiamento<sup>20</sup>.

O que se nota de forma contundente é a valorização de eventos violentos e a criação de um cenário de guerra, utilizando para isso símbolos e ideias que fazem interface com características específicas, sendo a Segunda Guerra Mundial um dos exemplos mais utilizados na cobertura dos eventos no Complexo do Alemão. A falta de cobertura no caso da inauguração da primeira UPP, sediada no morro Santa Marta, também revela a escolha do jornal. De certa forma, a relativa “paz” experimentada nesse evento não é interessante, apesar do apoio visto em pequenos discursos tímidos em algumas partes do jornal<sup>21</sup>. Essa falta de interesse na inauguração da UPP no morro Santa Marta pode ser vista pelo espaço que notícias sobre os uniformes dos policiais militares e questões referentes à alimentação dos mesmos ganharam. Essas temáticas foram amplamente trabalhadas, se configurando como a temática sobre segurança pública nesse período.

Ambas as lógicas se fazem presentes em praticamente todo o discurso estudado. Policiamento comunitário e o voltado para o combate, «paz» e «guerra», convivem dentro do mesmo discurso. Em reportagens em que a temática é somente o policiamento comunitário, por exemplo, símbolos do policiamento de combate (forte hierarquia, ideais guerreiros, armamento pesado, etc.) são veiculados conjuntamente. De certa forma, essa interação é mais visível quando o tema é policiamento comunitário, que sempre é acompanhado de alguma reportagem e/ ou imagem que liga as características do policiamento de combate à matéria.

O estudo do discurso midiático com relação à segurança pública pode auxiliar na discussão das políticas como um todo. Como dito, o discurso orienta a leitura do mundo, e um jornal de grande circulação atinge um considerável número de pessoas, que de certa forma serão atingidas por essa lógica de ordenamento da realidade. A convivência dos símbolos dos dois tipos de policiamento revela que ideais e características tradicionais do policiamento ainda estão muito arraigados e permanecem como grandes estruturadores da realidade quando os assuntos são violência, polícia, crime e segurança pública.

## BIBLIOGRAFIA

Batitucci, E.C. (2011), “A polícia em transição: o modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras”, *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 4, n.º 1, Jan/Fev/Mar, pp.65-96.

Bayley, D.H., (2006), *Padrões de Policiamento: Uma análise internacional comparativa*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

<sup>18</sup> Para uma análise mais profunda sobre a relação entre mídia e violência cf. Sodré, Soares e Kosovski (1994).

<sup>19</sup> Cf. Poncioni, 2005.

<sup>20</sup> Fonte: [http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20).

<sup>21</sup> Ver seção Santa Marta.

- Borges, W.C. (2006), *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*, Rio de Janeiro: Revan.
- Burgos, M.B. (2006), “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”, in A.Zaluar, M. Alvito, *Um século de Favela*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Caldeira, T. (2000), *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo: Ed. 34/Edusp.
- Coelho, M.C. (2004), “Rio de Janeiro, Sexta-feira Santa. Notas para uma discussão sobre mídia, violência e alteridade”, *Revista Rio de Janeiro*, n.º 12, jan-abril.
- Cunha, J.B., (2012), “Regularização urbanística e fundiária em uma favela da cidade do Rio de Janeiro: Conflitos, percepções e práticas em jogo no processo”, *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 5, n.º 13, jul/ago/set, pp. 483-511.
- Farias, J. (2008), “Da atualização dos mecanismos de controle: a transformação dos favelados em população ‘matável’”, *Os Urbanistas – Revista de Antropologia Urbana*, n.º 7, Ano 5.
- Machado da Silva, L.A. (2004), “Sociabilidade Violenta: Uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas”, in I. Silva (Ed.), *Rio, A democracia vista de baixo*, Rio de Janeiro: Ibase, Vol. I, pp. 33-44.
- Machado da Silva, L.A. (2000), “Sociabilidade Violenta: Uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas”, *Revista Democracia Viva*, n.º 8.
- Moore, M.H. (2006), “Policiamento Comunitário e Policiamento para a Solução de Problemas”, in M. Tonry, N. Morris, *Policiamento Moderno*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Musumeci, L. (coord.), Freire, B., Muniz, J., Larvie, P. (1996), “Segurança Pública e Cidadania: A experiência de Policiamento Comunitário em Copacabana (1994-95). Relatório final do monitoramento qualitativo”, Rio de Janeiro: ISER.
- Oliveira, L.F. (2010), “Questão social e criminalização da pobreza: aportes para a compreensão do novo senso comum penal no Brasil”, Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Poncioni, P. (2005), “O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro”, *Sociedade e Estado*, Vol. 20, n.º 3, set./dez., pp. 585-610.
- Ramos, S., Paiva, A. (2007), “Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil”, Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Rondelli, E. (1997), “Mídia e violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade”, *Comunicação e Política*, n.º 3, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, pp.141-160.
- Skolnick, J.H., Bayley, D.H. (2006), *Policiamento Comunitário: Questões e práticas através do mundo*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sodré, M., Soares, L.E., Kosovski, E. (Coords) (1994), *Mídia e Violência Urbana*, Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Valladares, L. (2000), “A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais”, *RBCS*, Vol. 15, n.º 44, outubro.